

Aprovada MP que dá *status* de ministro ao presidente do BC

Ao fim de discussão que se prolongou até as 22h de ontem, o Senado acolheu, por 40 votos a 25, projeto de lei de conversão da medida provisória que atribui foro privilegiado ao dirigente do Banco Central

Páginas 4 e 5



Célio Azeredo

RENOVAÇÃO Além de parlamentares, ministros de tribunais superiores e representantes do Executivo e do Ministério Público participaram da solenidade de promulgação da reforma do Judiciário

Entra em vigor a reforma que muda o Judiciário brasileiro

Súmula vinculante, controle externo do Judiciário e fim das férias coletivas da Justiça são alguns dos pontos da mudança constitucional promulgada ontem pelas Mesas do Senado e da Câmara

Página 3

Agenda

Pauta de votações continua paralisada

A pauta de votações do Senado, que realiza sessão hoje às 14h30, continua trancada por medidas provisórias (MPs) e projetos de conversão, que se originam das MPs. Entre as matérias que obstruem as votações está a que prevê a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que destina bolsas para alunos carentes em instituições de ensino superior privadas, e a que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira.



Missa de Natal

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje da missa de confraternização de Natal e encerramento do ano, a ser celebrada por dom João Braz de Aviz, arcebispo de Brasília. O evento será realizado no Salão Negro do Congresso, às

12h. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, também participa da solenidade. Às 19h, no mesmo local, haverá o concerto *Natal em canções*, com os corais do Senado, da Universidade Católica de Brasília e do Madrigal de Brasília.

CCJ retoma debate das parcerias público-privadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje às 11h. Na pauta, o projeto que regula as parcerias público-privadas (PPPs). O texto busca aumentar os investimentos em infra-estrutura no país. Se aprovado na CCJ, o projeto estará pronto para ser votado em Plenário.

Educação discute denúncias contra a Cobra Tecnologia

A reunião de hoje da Comissão de Educação (CE), às 10h, vai discutir denúncias publicadas na imprensa sobre a Cobra Tecnologia, subsidiária do Banco do Brasil. A empresa é acusada de prestar serviços e vender produtos para órgãos públicos sem licitação. O presidente da empresa, Leandro Vergara Raimundi, participa do encontro.



Relatório final da CPI do Banestado

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado será apresentado hoje, às 11h. O documento é fruto de 22 meses de investigação sobre o envio ilegal de dólares ao exterior por meio de contas CC-5. Após a ordem do dia, a Comissão Especial das Questões Indígenas vota o relatório parcial sobre o estado de Rondônia.

Indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota hoje, às 10h, mensagens com indicações de nomes para o cargo de embaixador do Brasil na República Cooperativista da Guiana e em Honduras, além de nome para a embaixada brasileira na República Moldova, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia.

Qualidade de vida

Será comemorado hoje, no Hall do Interlegis, o 1º aniversário do Programa de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional (PQVR), desenvolvido pela Secretaria de Recursos Humanos da Casa, às 17h. Na ocasião, haverá o encerramento da 3ª oficina de fotografia, da 1ª oficina de mosaico e da 1ª oficina de pintura em tela.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Célio Azevedo

AVANÇO Durante sessão solene, Sarney destacou reunião de presidentes do continente, em Cuzco, para criação da Comunidade Sul-Americana de Nações

Congresso homenageia os 40 anos do Parlatino

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou ontem, durante sessão solene do Congresso Nacional de homenagem aos 40 anos do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), a coincidência entre o aniversário da instituição, criada em Lima, no Peru, e a realização, em Cuzco, ontem, da reunião de cúpula dos presidentes do continente, quando será anunciada a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

– Durante o encontro de Cuzco, que começa no mesmo país onde nasceu o Parlatino, espero que os presidentes possam assentar a pedra fundamental da Comunidade Sul-Americana de Nações – afirmou Sarney ao encerrar a sessão.

O presidente disse ainda estar orgulhoso de ter iniciado, juntamente com o ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, a nova fase de aproximação entre os países do subcontinente. Ele alertou, por outro lado, que ainda existe um grande caminho a ser percorrido no processo de

integração regional.

Sarney recebeu medalha comemorativa do evento das mãos do presidente do Parlatino, deputado Ney Lopes (PFL-RN), que defendeu a eleição direta dos integrantes do parlamento regional. Ele observou que atualmente a escolha direta ocorre apenas na Venezuela. No Brasil, informou, está em tramitação no Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição com esse objetivo.

Em nome do Senado, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o Parlatino vem desempenhando seu papel de “aglutinador dos parlamentos latino-americanos”, auxiliando o processo de construção de uma América Latina “mais unida, mais fraterna, mais justa e mais democrática”. Por sua vez, a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) classificou a união continental de um “imperativo histórico para a inserção competitiva de nossos países na economia mundial”.

Correção

A edição do **Jornal do Senado** de segunda-feira (6) errou ao incluir o estado de Minas Gerais entre aqueles que provavelmente terão problemas em cumprir os limites de endividamento definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os estados que, na avaliação do consultor legislativo do Senado Márcio Oliveira, têm alta probabilidade de descumprir esses limites são: Rio Grande do Sul, São Paulo e Alagoas, além da cidade de São Paulo. A informação equivocada foi publicada na página 4.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Deputados querem alterar conselho

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edison Vidigal, afirmou que não vê “inconstitucionalidade alguma” no dispositivo da reforma do Judiciário que diz respeito à criação dos conselhos de fiscalização desse poder. Ele fez a afirmação em entrevista coletiva após a promulgação da emenda.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, disse considerar o assunto superado.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, frisou que os conselhos criados pela reforma são respostas modestas ao anseio da sociedade por maior transparência e eficiência na gestão pública. Ele observou que a Câmara apresentou uma proposta “mais severa e abrangente”, mas não tem restrição à criação dos órgãos.

A deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) ressaltou que irá lutar para alterar as competências do Conselho Nacional de Justiça.

Reforma processual será o grande debate

Em entrevista após a sessão de promulgação da reforma do Judiciário, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que o Executivo deverá enviar ao Congresso, até o final deste ano, os projetos de reforma processual. Para o presidente do STF Nelson Jobim, esse será “o grande debate” no primeiro semestre do próximo ano. São 14 projetos no total. De acordo com o senador José Jorge (PFL-PE), sete projetos já estão tramitando e são de autoria dos deputados e os outros sete serão enviados pelo Executivo.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, informou que deverá ser instalada em 2005 a comissão mista de deputados e senadores que irá elaborar os projetos de lei para regulamentar dispositivos da matéria.

Para que a Justiça se torne de fato mais célere, Nelson Jobim disse considerar que a promulgação de parte da reforma representou o primeiro passo: faltam ainda, acrescentou ele, a votação dos itens que retornaram para a Câmara, a reforma processual e, ainda, a reforma gerencial total do Judiciário.



SOLEINIDADE Sarney (terceiro da direita para a esquerda) preside a sessão do Congresso, ao lado de João Paulo Cunha, José Alencar e Nelson Jobim

A Justiça brasileira muda: Congresso promulga emenda

Sarney destaca modernização, mas lembra que ainda é preciso reformar aspectos processuais

A emenda constitucional (45/04) que reforma o Poder Judiciário foi promulgada pelas Mesas das duas Casas do Congresso Nacional ontem, data em que se comemora o Dia da Justiça, em solenidade no Plenário da Câmara dos Deputados, com a presença dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, de representantes do

Executivo, do Judiciário e de parlamentares.

Sarney afirmou que a reforma contribuirá para a renovação e modernização do Judiciário. Ele lembrou, entretanto, que o processo não se encerra com a promulgação e que haverá ainda um grande trabalho de reforma dos aspectos processuais da Justiça.

João Paulo, por sua vez, observou que a reforma do Judiciário é a terceira aprovada em dois anos pelo Congresso: antes foram promulgadas as da Previdência e a tributária.

Em razão da relevância do tema, Sarney concedeu a palavra a personalidades com

atuação no processo da reforma, como o ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

– Creio que esta emenda foi produto daquilo que só o Congresso Nacional sabe fazer, que é a construção da maioria e da convergência em cima das divergências – ressaltou Jobim.

O relator da matéria no Senado, José Jorge (PFL-PE), disse que a reforma possibilitará uma Justiça mais ágil e moderna.

Relatora da matéria na Câmara, Zulaiê Cobra (PSDB-SP) afirmou que a promulgação representa vitória da Justiça brasileira. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão

(PFL-MA), observou que a introdução da súmula vinculante permitirá extinguir cerca de 80% dos processos em curso.

Participaram da sessão o vice-presidente da República, José Alencar; o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles; o advogado-geral da União, Alvaro Costa; o presidente do STJ, Edison Vidigal; os presidentes dos demais tribunais superiores – do STM, José Júlio Pedrosa; do TST, Vantuil Abdalla; e do TSE, Sepúlveda Pertence; o presidente da OAB, Roberto Busato; e o primeiro relator da matéria no Senado, o ex-senador Bernardo Cabral.

As principais inovações, e o que volta à Câmara

A reforma do Judiciário tramitou por quase 13 anos no Congresso e foi construída com a participação de representantes do Executivo, da magistratura e da advocacia, que debateram a matéria em diversas audiências públicas. Em 17 de novembro deste ano, o Senado concluiu a aprovação do texto final, promulgado ontem. Retornaram para a Câmara dos Deputados dispositivos já aprovados por aquela Casa e que foram alterados durante a tramitação no Senado.

Uma das principais inovações é a chamada súmula vinculante, que vale para as ações de inconstitucionalidade e para as ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. Esse mecanismo impede a interposição de recursos em casos análogos aos que te-



RELEVÂNCIA Presentes à sessão, Alvaro Ribeiro Costa (E), Márcio Thomaz Bastos, José Júlio Pedrosa, Vantuil Abdalla, Sepúlveda Pertence e Edison Vidigal

tenham decisões definitivas de mérito proferidas por, no mínimo, dois terços dos membros do STF.

Foram criados dois conselhos para fiscalizar a legalidade de atos administrativos do sistema jurisdicional: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que será integrado por 15 membros, com dois indicados pela Câmara e pelo Senado; e o Conselho

Nacional do Ministério Público (CNMP).

Acabam as férias coletivas do Poder Judiciário, tornando ininterrupta a atividade dos órgãos da Justiça. Fica instituído o regime de quarentena para impedir que juízes e integrantes do Ministério Público exerçam a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram antes de três anos do desligamento

da função. Passa a ser exigido o prazo de três anos de atividade jurídica para os que ingressam na magistratura. Já a composição do TST muda de 17 para 27 ministros.

Os artigos que voltaram para exame dos deputados incluem temas como a competência dos tribunais de Justiça para julgar prefeitos; a necessidade de três anos no cargo para que o magistrado tenha direito à vitaliciedade na função; a proibição de nepotismo (nomeação de parentes para cargos de confiança nos tribunais e juízos); alteração na composição do STM; e instituição da súmula impeditiva de recursos, a ser editada por dois terços de votos dos integrantes do STJ e do TST, impedindo a interposição de recursos em ações julgadas reiteradamente pelos tribunais.

VALADARES



Ao dizer que o presidente Lula não deixaria no BC alguém que não merecesse confiança, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou seu

apoio ao projeto que dá *status* de ministro ao presidente do BC. Com a aprovação da MP, observou, o Brasil pode estar dando o primeiro passo na direção do parlamentarismo. Como desvantagem, ele lembrou que a instituição estará subordinada à Presidência da República.

PEDRO SIMON



"Os senadores não têm o direito de macular essa Casa votando essa MP. Eu voto contra", declarou Pedro Simon (PMDB-RS).

O parlamentar lembrou que o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, foi contra a manobra do governo para "blindar" o presidente do BC e acusou-a de inconstitucionalidade.

– Por que o Congresso vota uma irresponsabilidade dessa? – questionou Simon.

ALVARO DIAS



A MP que estabelece foro privilegiado ao presidente do BC "é um casuísmo que afronta a Constituição", por não ter os pressupostos da

relevância e da urgência, disse o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para o senador, a MP é uma condenação precipitada do Presidente do Banco Central.

– Um ato de quem suspeita de um homem da sua confiança e quer protegê-lo – afirmou.

HÉLIO COSTA



"Ele merece *status* de ministro. O presidente do Banco Central representa a economia nacional. Em outros países, ele é mais impor-

tante do que qualquer ministro", afirmou Hélio Costa (PMDB-MG) ao defender a aprovação do projeto que dá *status* de ministro ao presidente do Banco Central. O senador ressaltou a trajetória de sucesso, a competência e a importância, para o país, de Henrique Meirelles.

JEFFERSON PÉRES



O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), disse que, se o presidente da República fosse Leonel Brizola, ele renunciaria à liderança do seu partido caso o governo enviasse ao Congresso uma medida provisória como a que concede *status* de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– Não vou nem discutir a inconstitucionalidade dessa MP. É de uma clareza cegante, solar – observou.

MESQUITA JÚNIOR



"Venho a esta tribuna declarar meu voto contrário a mais uma proposição do governo que ajude a eleger, a mais uma proposta que acho equivocada." Dessa forma o senador

Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) manifestou sua posição contrária ao projeto que dá *status* de ministro ao presidente do Banco Central.

Para ele, o problema foi a edição da MP no momento em que foram levantadas suspeitas de irregularidades contra Henrique Meirelles.

JORGE BORNHAUSEN



"Esta é uma MP casuística, oriunda da necessidade do próprio Meirelles de criar uma proteção legislativa para si, sem sequer

ter pensado em incluir sua diretoria na medida", criticou o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) ao anunciar seu voto contrário à medida que concede *status* de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Para o senador, trata-se de "um ato infeliz do governo que pretende atender a uma única pessoa".

JOSÉ JORGE



"Em homenagem ao Dia da Justiça, vamos derrotar essa MP, que é inconstitucional", disse José Jorge (PFL-PE), acrescentando que "se trata

de uma afronta ao processo penal, porque só poderia ser instituída por meio de lei complementar".

O presidente do BC, observou José Jorge, depois de escolhido pelo presidente da República, tem o nome aprovado pelo Senado, ao contrário dos ministros de Estado.

Presidente do Banco Central terá foro especial

■ Por 40 votos a 25, Senado aprova MP que concede *status* de ministro à autoridade monetária

Repetindo o que a Câmara dos Deputados fez no dia 1º de dezembro, o Plenário do Senado aprovou na noite de ontem, por 40 votos a 25, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 54/04, que dá ao cargo de presidente do Banco Central o *status* de ministro de Estado. Substitutivo da Medida Provisória (MP) 207/04, o PLV concede foro privilegiado ao presidente do BC, que só poderá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Editada com o argumento de que o cargo de presidente do BC precisa de garantias, a MP foi duramente criticada pela oposição, que viu na sua edição um casuísmo para proteger o atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– Os senadores que votarem a favor estão cometendo perjúrio, já que juraram defender a Constituição – afirmou Jefferson Péres (PDT-AM). Ele lembrou o parecer contrário do procurador-geral da República, Cláudio



POLÊMICA Apesar das duras críticas feitas pelos senadores da oposição, substitutivo da Câmara foi acolhido na noite de ontem pelo Plenário do Senado

Fontelles.

– Noventa países superaram esse debate e concederam foro privilegiado à autoridade monetária – argumentou o líder Aloizio Mercadante (PT-SP).

"Por todos os discursos aqui feitos, há o consenso da relevância. E é também urgente para garantir a segurança da autoridade monetária do país", observou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O parlamentar lembrou que não há crime de grande porte que não passe pelo sistema financeiro, seja qual for.

Na votação dos pressupostos de relevância e urgência, exigidos de qualquer MP, o governo venceu por 41 votos a 22. Em seguida foi encaminhada a votação nominal do mérito.

– É ou não é relevante? Transferir para a Suprema Corte, a mais qualificada do país, assuntos de tal complexidade não significa impunidade. Significa dar ao assunto a importância que ele merece – acrescentou.

Como exemplo, citou o caso do ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que sofre processos de vários tipos em dez estados do país.

AELTON FREITAS



Dar o devido valor ao presidente do Banco Central é uma questão de soberania. Assim o senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a aprovação do projeto que atribui *status* de ministro ao presidente do BC. Ele destacou que o presidente da instituição, Henrique Meirelles, é pessoa de reputação ilibada.

– Meirelles é um brasileiro que faz parte da história do país como executivo de reconhecida competência – destacou Aelton.

DEMOSTENES TORRES



Apesar de afirmar não ter nada contra Henrique Meirelles, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) considerou a mudança de *status* do presidente do Banco Central uma afronta ao Supremo Tribunal Federal (STF). Quem tenta sair da Justiça de primeiro grau direto para o Supremo é porque acredita que o STF pode inocentar os julgados, disse. Na realidade, continuou, o Supremo está sendo vulgarizado como "um julgador de quinquilharia".

HELOÍSA HELENA



"Deus escreve certo por linhas tortas. Imaginem se a cúpula palaciana tivesse tido misericórdia de mim. Agora, estaria silenciada para acobertar essa farsa. Essa MP é imoral", afirmou a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

Ela pediu um gesto de altivez do Senado, votando contra a MP que estende a Henrique Meirelles o direito constitucional de ministros de Estado a foro privilegiado.

ALOIZIO MERCADANTE



MÃO SANTA



A MP que dá *status* de ministro ao presidente do Banco Central "queima e desrespeita a Constituição", afirmou o senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele lembrou palavras de Ulysses Guimarães: "Desrespeitar a nova Carta será queimar a Bandeira e destruir a democracia brasileira." Mão Santa argumentou que o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, já considerou a MP inconstitucional.

EDUARDO SUPLYCY



"Estou dando meu voto de confiança ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não é fácil tomar esta decisão, mas avalio que será importante para que o governo possa conduzir sua política, sobretudo do ponto de vista econômico." Essa foi a declaração de voto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciando sua posição favorável à medida provisória sobre foro privilegiado para o presidente do Banco Central.

JOSÉ AGRIPINO



O parecer do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, em que ele afirma ser inconstitucional a medida provisória que dá *status* de ministro ao presidente do Banco Central foi a base da declaração de voto contrário à matéria feita pelo líder do PFL, José Agripino (RN). O senador disse que as considerações do procurador-geral destroem qualquer argumento em defesa da medida provisória.

CÉSAR BORGES



Uma "farsa" – assim o senador César Borges (PFL-BA) classificou a medida provisória que estende ao presidente do Banco Central o foro privilegiado garantido a ministros de Estado. "Estamos diante de um casuismo. O governo nunca falou dessa necessidade e não houve nenhum fato novo além das acusações de sonegação fiscal", afirmou, ao se referir a denúncias contra o presidente do Banco Central.

EFRAIM MORAIS



O senador Efraim Morais (PFL-PB) citou argumento do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual a única alteração promovida pela medida provisória foi a situação pessoal do atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ele também citou trecho do parecer pela inconstitucionalidade da MP elaborado pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

ANTERO DE BARROS



"Esta medida provisória não deve ser aprovada por aqueles que amam a democracia. O Senado não pode ser o cozeiro da Constituição. Quem faz política com ética não vota essa MP", declarou Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele disse que a MP foi engendrada após a publicação de matéria indicando que Henrique Meirelles teria cometido crimes fiscais e eleitorais. Para Antero, a aprovação seria a submissão do Legislativo à vontade do Executivo.

HERÁCLITO FORTES



Destacando que votaria contra a proposta em respeito ao atual presidente do BC, Henrique Meirelles, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) declarou que será uma injustiça se o presidente do Banco Central for processado em foro especial, no Supremo Tribunal Federal, e um membro de sua diretoria, pelo mesmo ato cometido – por exemplo, uma decisão que abale o mercado financeiro –, for processado na Justiça comum.

SERYS SLHESARENKO



Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ser contrária à existência de foro privilegiado para qualquer autoridade e prometeu apresentar, em 2005, uma proposta legislativa eliminando esse privilégio. A senadora lamentou que o assunto esteja sendo "demonizado" pelos partidos de oposição, especialmente o PSDB, como se o governo do PT estivesse pregando a isenção de Meirelles de qualquer processo.

ALMEIDA LIMA



Uma "heresia jurídica". Foi assim que o senador Almeida Lima (PDT-SE) classificou a MP que concede *status* de ministro ao presidente do Banco Central. Segundo ele, sua aprovação exporia os senadores ao escárnio público, especialmente dos professores e alunos das faculdades de Direito do país inteiro. Para Almeida Lima, o Estado de direito pressupõe obediência a um ordenamento jurídico.

TASSO JEREISSATI



O BC brasileiro não merece ter uma lei que defina o *status* do seu dirigente máximo chamada de "MP do Meirelles", segundo Tasso Jereissati (PSDB-CE). Na avaliação do senador, a medida provisória editada pelo presidente Lula teve como objetivo socorrer momentaneamente o atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, das acusações de irregularidades fiscais e eleitorais.

ARTHUR VIRGÍLIO



O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse que o objetivo do governo é impedir que Henrique Meirelles seja processado por crimes comuns que cometeu e não por ações adotadas no exercício do cargo. – Estamos diante de um *strip tease* moral – afirmou Virgílio, assegurando que votaria a favor de uma mudança de *status* proposta por outro instrumento que não o da MP.

SÉRGIO GUERRA



No entender de Sérgio Guerra (PSDB-PE), não há a relevância exigida pela Constituição federal para se editar uma medida provisória que dê a prerrogativa de foro especial ao presidente do BC. – Até hoje o Brasil teve vários presidentes do Banco Central e todos eles exerceram plenamente seus mandatos. Continuaram agindo com as normas vigentes. Não precisaram de proteção especial.

Delcídio: objetivo é transformar em agente político o presidente do BC

Relator afirma que cargo tem importância capital, devido ao poder de intervenção na economia

O parecer favorável do senador Delcídio Amaral (PT-MS) à medida provisória que deu *status* de ministro de Estado ao presidente do Banco Central baseia-se no entendimento de que a principal autoridade monetária do país precisa assumir formalmente o papel de "agente político", deixando de ser tratada como servidor público.

Conforme o relator, o presidente do BC ganhou foro privilegiado, só podendo ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas tem agora de prestar contas diretamente sobre os atos do Banco Central ao Senado, por meio de requerimento de informações ou comparecimento à Casa.

Para o senador, a função de presidente do BC é de im-



ARGUMENTO Para Delcídio Amaral, é injustificável a vulnerabilidade do presidente do Banco Central

portância capital, visto o seu poder de intervenção na economia, por meio da regulação da oferta de moeda e crédito, da administração do câmbio e do poder sobre o funcionamento dos bancos. Desse modo, é injustificável a vulnerabilidade do ocupante do cargo.

"No atual contexto de globalização da economia, com a participação cada vez mais efetiva da autoridade monetária do país no cenário nacional e internacional, o cargo de

presidente do Banco Central assume, cada vez mais, relevância estratégica, tanto no cenário político quanto no plano institucional, em razão da complexidade e da relevância dos fatos da vida econômica", afirma o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na justificativa da MP 207/04, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 54/04).

Arranjo

De acordo com Delcídio Amaral, a medida provisória é constitucional, ao contrário do que diz a oposição. O presidente do BC será o único ministro que, por força do que determina a alínea "d" do inciso III do art. 52 da Constituição, somente será nomeado após aprovação prévia do Senado. Isso foi feito para "harmonizar sem contradição" aquele dispositivo com o inciso I do artigo 84 da mesma Constituição, que estabelece a competência privativa do presidente da República para nomear e exonerar os ministros de Estado.

– Nesse aspecto não há qual-

quer vício na proposição – destacou o senador, argumentando ainda que o artigo 62 da Constituição não veda ao governo o poder de legislar sobre esse tipo de mudança.

O relator reconheceu que a supervisão de um ministro – o presidente do Banco Central – por outro (o ministro da Fazenda) é um "arranjo heterodoxo", mas não inconstitucional. Como ministro, o presidente do BC figurará entre os membros natos do Conselho de Desenvolvimento Social.

Do ponto de vista da relevância e da urgência, pressupostos exigidos de qualquer MP, Delcídio afirma em seu parecer que a situação funcional do presidente do BC é matéria de mais alta relevância, e que é preciso dar com urgência garantia para que essa autoridade monetária tenha condições de exercer suas funções institucionais – "principalmente no momento em que vivemos". O foro privilegiado foi estendido aos ex-presidentes do banco, mas não aos atuais e ex-diretores.

CPI da Terra pode encerrar trabalhos na quarta-feira

■ João Alfredo apresentará relatório, mas Alvaro lembra que há pedidos para prorrogar atividade

Na próxima quarta-feira, o deputado João Alfredo (PT-CE) apresentará o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, cujas atividades poderão ser encerradas nesse mesmo dia, quando se conclui o prazo de funcionamento da comissão.

Já o presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), advertiu para a existência de requerimentos solicitando a prorrogação dos trabalhos da comissão. Caso esses requerimentos venham a ser aprovados, o que só terá validade se isso ocorrer até a próxima quarta-feira (15) nos plenários da Câmara e do Senado, as

Geraldo Magela



DÚVIDA João Alfredo (E) diz que seu relatório já está pronto, enquanto Alvaro Dias (C) admite que comissão poderá atuar no ano que vem

atividades da CPI serão estendidas até 15 de dezembro de 2005. Nesse caso, Alvaro Dias afirmou que dará continuidade às audiências públicas, já que, dos 72 nomes aprovados pelos membros da CPI, apenas dez foram ouvidos até agora.

O relatório final está pronto, segundo o deputado João Alfredo. Na sua opinião, a prorroga-

ção dos trabalhos da comissão pouco acrescentará aos dados de que ele dispõe.

O vice-presidente da CPI, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), criticou "o açodamento" com que a bancada do governo tem agido para encerrar as atividades da CPI. O deputado Carlos Heize (PP-RS) disse que soa estranho "essa pressa".

Virgílio questiona chances de reeleição de Lula

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), recomendou ontem que o governo não entre em delírio com a recente avaliação positiva do presidente Lula, divulgada pelo Ibope. Ele alertou os analistas do governo – que se apressaram em afirmar que, com esses resultados, Lula venceria a eleição – para o fato de que todas as pesquisas realizadas apontam um segundo turno, e lembrou que Fernando Henrique venceu duas eleições já no primeiro turno.

Na opinião de Arthur Virgílio, "é quase um empate técnico" Lula aparecer com 42%, e Serra,



Roosevelt Pinheiro

ADVERTÊNCIA "Governo deve colocar as barbas de molho", afirma Arthur Virgílio

que não é candidato, com 33%. O governador Aécio Neves, que também não é candidato, aparece com 9%; o governador Geraldo Alckmin, com 15%; e César Maia, com 8%. "Se o único projeto do governo é a reeleição, ele deve colocar as barbas de molho", disse o senador.

PMDB-Governo

Hélio Costa



Roosevelt Pinheiro

Em defesa da permanência na base aliada

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) declarou-se ontem favorável à continuidade do apoio do seu partido ao governo, lembrando que, dos 23 senadores do partido, 19 assinaram documento defendendo a permanência na base aliada. Ou seja, a posição do PMDB no Senado seria pela governabilidade, mas, ainda de acordo com o senador, "lamentavelmente essa posição foi vencida". A convenção vai se realizar no domingo. Ele acredita que possivelmente os peemedebistas do Senado nem sequer comparecerão à convenção, que estaria "sendo empurrada goela abaixo dos peemedebistas que se sentem na obrigação de dar governabilidade ao país e ao governo".

Renan Calheiros



Moreira Mariz

Líderes contestam decisão de rompimento

Em nome da "ampla maioria das bancadas", os líderes do PMDB na Câmara, José Borba (PR), e no Senado, Renan Calheiros (AL), divulgaram no início da noite de ontem uma nota em que declaram que a decisão tomada pela Executiva Nacional não tem respaldo da representação do partido no Congresso. Eles reafirmaram o "compromisso com a sustentabilidade política do país", observando que qualquer decisão da convenção nacional marcada para o dia 12 "será inócua e não alterará o quadro político".

Os líderes lamentam que a realização da convenção vá aprofundar a divisão do partido. E concluem que as bancadas do PMDB continuarão a "trabalhar em prol da unidade".

Ney Suassuna



Roosevelt Pinheiro

Recurso à Justiça contra "ilegalidade"

Ney Suassuna (PMDB-PB), vice-líder do governo no Senado, informou que os membros da Executiva do seu partido que defendem a permanência na base do governo irão à Justiça contra a decisão de ontem que manteve a convenção nacional do partido para o próximo domingo e decidiu pela entrega dos cargos ao governo em 48 horas.

– Vamos à Justiça porque foi uma decisão ilegal; só a convenção nacional pode decidir por um rompimento com o governo – destacou o senador.

Conforme Suassuna, houve empate em 8 a 8 na votação de ontem, mas o presidente Michel Temer, com o voto de minerva, decidiu a favor do rompimento imediato.



Roosevelt Pinheiro

OTIMISMO Reavaliação de crescimento do PIB para 5,2% também anima Ideli Salvatti

Ideli destaca resultados na área social

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), registrou os resultados favoráveis ao governo e ao presidente Lula obtidos pela pesquisa CNI/Ibope. Para

a senadora, a surpresa ficou por conta dos índices – os melhores do governo – de avaliação da área social, a mais criticada na gestão petista. Ideli assinalou que 42% dos entrevistados afirmaram que as ações de combate à fome e à pobreza são o que governo tem feito melhor. Em setembro, o percentual era de 36%. Em segundo lugar, com 16% dos entrevistados, ficou o combate ao desemprego, acompanhado das ações em educação e saúde, com 15% cada uma.

A senadora ainda ressaltou a reavaliação do Ipea da estimativa de crescimento do PIB. É a terceira vez este ano que o Ipea revê sua projeção. Em março, o crescimento do PIB estava estimado em 3,4%; em setembro, passou a 4,6%; e em dezembro avançou para 5,2%.



Roosevelt Pinheiro

RESPOSTA Paim observa que sua conversa com o presidente Lula foi testemunhada por jornalista

Paim desmente nota a respeito do mínimo

Paulo Paim (PT-SP) desmentiu nota publicada na seção Paineis, do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, intitulada "Síndrome de Darlene", se-

gundo a qual ele teria tentado faturar politicamente quando soube que o presidente Lula cogitava antecipar para janeiro o reajuste do salário mínimo do próximo ano. Paim considerou a informação como mais uma notícia plantada por um político que disse saber quem é, mas não quis revelar a identidade.

A polêmica foi criada por matéria publicada pela articulista Ana Amélia Lemos, na edição de sábado (4) do jornal *Zero Hora*, noticiando que o presidente Lula autorizou Paim a tratar do assunto com o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini. O senador informou que a jornalista testemunhou a conversa que ele manteve com o presidente da República sobre a antecipação do reajuste do mínimo.

J. Freitas



EXPLICAÇÕES Presidente da CE, Osmar Dias (E) leva a matéria a votação após as informações de Hélio Costa sobre as fontes de financiamento da agência

Educação aprova agência para desenvolver indústria

O Projeto de Lei da Câmara 48/04, que autoriza o governo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e poderá ser examinado em Plenário assim que a pauta for destrancada.

A discussão do projeto teve início em reunião realizada pela comissão na terça-feira. As dúvidas que surgiram a respeito das fontes de financiamento da nova agência, porém, motivaram o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), de comum acordo com os integrantes da comissão, a adiar a votação, que acabou ocorrendo em reunião extraordinária.

Designado relator *ad hoc* da proposta, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que os recursos destinados ao funcionamento da ABDI, na verdade, não seriam retirados do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas (Sebrae) ou da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex), como os senadores haviam entendido anteriormente. A verba

viria da redução de 3% para 1% do percentual cobrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para arrecadar os recursos destinados ao chamado Sistema S.

– Minha preocupação está resolvida – disse Hélio Costa.

O relator chegou a apresentar emenda de redação para alterar o nome para Serviço Social Autônomo de Desenvolvimento Industrial, por compreender que a ABDI não seria uma agência reguladora. Mas acabou retirando a emenda ao ser informado pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC), de que a mudança poderia levar o projeto de volta para a Câmara.

Segundo a líder, a redução do percentual cobrado pelo INSS não causará prejuízo para a seguridade social. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou a mesma opinião. Aelton Freitas (PL-MG) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) também anunciaram votos favoráveis.

O projeto recebeu, na comissão, os votos contrários de Efraim Morais (PFL-PB) e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

Tourinho quer disciplinar a terceirização em órgão público

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou ao Plenário que apresentou projeto para disciplinar a atividade de terceirização no serviço público federal, por entender que existe total descontrole do governo sobre as empresas prestadoras de serviços e seus funcionários (PLS 344/04).

Para ele, além de haver muitas empresas cobrando caro demais pelos serviços que prestam, ainda exploram ilegalmente a mão-de-obra, não pagando 13º salário, nem concedendo férias a seus empregados.

Tourinho afirmou que enviou requerimento de informações ao

então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, indagando sobre o total de servidores federais efetivos e terceirizados, as despesas com cada categoria de funcionários e solicitando a descrição de suas condições de trabalho.

– Sua resposta chegou às minhas mãos no dia 16 de junho passado, mostrando claramente o descontrole do governo federal sobre as atividades de terceirização, que nem sequer conhece o número total desses funcionários. Decidi, então, elaborar projeto de lei para regulamentar o setor – explicou Tourinho.

Relator revê participação de fundos nas parcerias

Senadores da Comissão de Justiça discutem a segunda versão do texto, com as emendas acatadas por Tourinho

A segunda versão do relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sobre o projeto de lei das parcerias público-privadas (PPPs), apresentada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), contém, como novidade, a determinação de que a participação de fundos de previdência complementar, de estatais ou de companhias privadas, não poderá exceder 80% do total dos investimentos.

Com isso, o relator eliminou a distinção entre a natureza dos fundos de previdência complementar. O parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) determinava o limite apenas para entidades de funcionários das estatais, quando elas realizassem investimentos com empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União. Os outros fundos obedeceriam ao limite fixado para os demais casos: de 70% do total do empreendimento.

Tourinho explicou que buscou atender a preocupações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sobre a redação



NOVIDADE Sob a presidência de Lobão (E), Tourinho apresentou mudanças no parecer, como limite para participação de fundos de previdência complementar

anterior, que “poderia suscitar demandas judiciais por fundos de pensão que estivessem excluídos do processo”. O relator sustentou que a mudança obteve apoio do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor da emenda que limitou a participação dos fundos nas PPPs.

A outra alteração corrigiu uma “incoerência contábil” identificada por diversos governos estaduais. O texto aprovado na CAE incluiu para efeito do cálculo do limite de comprometimento com as PPPs, de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) dos estados, dos municípios e do DF, as despesas com contraprestações de empresas estatais não dependentes, ou seja, aquelas não regidas pela

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como a Petrobras. Mas não suas receitas com a venda de bens e serviços.

O relator estabeleceu regras mais claras para essa contabilidade. Nos contratos de PPPs celebrados por essas empresas, a base de cálculo para o limite de 1% da RCL dos entes da Federação levará em conta a receita de vendas e serviços das companhias consideradas “não dependentes”. Esse limite induz governos estaduais e municipais a cumprirem acordos de renegociação de dívidas com a União, por impedir que o Tesouro Nacional conceda garantias e realize transferências aos entes que extrapolarem o teto de 1% da RCL.

Exigência de arbitragem brasileira foi questionada

A utilização da arbitragem sobre conflitos decorrentes de divergências contratuais nas PPPs, com a sentença publicada em língua portuguesa e perante árbitros brasileiros, foi questionada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) e acabou adiando a votação do relatório de Tourinho na CCJ.

Maciel conseguiu convencer o autor da emenda, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o relator e o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), de que no projeto das PPPs (PLC 10/04) a arbitragem deve seguir a legislação que disciplina o juízo arbitral (Lei 9.307/96). Para tanto, segundo Maciel, seria necessário dispensar a exigência de que a arbitragem seja feita por juízes brasileiros. Ainda não há solução para esse ponto, que deve ser mais bem discutido.



PENDÊNCIA Ponderações de Maciel levaram ao adiamento da votação do relatório na Comissão de Justiça

Superada essa pendência, os senadores da CCJ acreditam que não haverá novos entraves para a votação do relatório.

Na segunda versão apresentada ontem, o relator deu parecer sobre seis emendas, duas delas de sua própria autoria. Das três emendas encaminhadas por

Renan Calheiros (PMDB-AL), Tourinho acatou uma integralmente, outra parcialmente e rejeitou a terceira.

Uma delas reforça as garantias ao parceiro privado. Acolhida parcialmente, a sugestão de Renan assegura que os bens de uso comum e de uso especial, como prédios de escolas, que integralizarem recursos do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), poderão ter liquidez, ao afirmar que serão individualmente “desafetados”.

A emenda acatada integralmente estabelece a possibilidade de ressarcimento de despesas com investigações, estudos de viabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, e de projetos que foram utilizados no processo licitatório, desde que passe pelo crivo dos licitantes.

José Cruz

Punição para produtor que não combater aftosa

■ Projeto que determina multa de até R\$ 1,5 milhão para quem descumprir normas foi aprovado na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem relatório favorável a projeto oriundo da Câmara (76/04) que pune produtores rurais que não cumprirem normas de combate à febre aftosa. O relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), destacou que um total de 85% do rebanho brasileiro é considerado livre da doença graças à vacinação e os pecuaristas que não tomam as devidas precauções põem em risco as exportações. Em 2003, as vendas de carne bovina ao exterior somaram US\$ 1,5 bilhão, segundo o senador.

O projeto prevê penalidades para produtores que deixarem

de notificar às autoridades competentes a presença de focos da doença em seus rebanhos ou para quem deixar de vacinar, impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias contra a doença. O texto fixa o pagamento de multa de até R\$ 1,5 milhão para quem descumprir as normas. No caso dos agricultores familiares, a multa é no máximo de R\$ 3.250.

Deficientes

Foi aprovado na mesma reunião da CAS requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) determinando a realização, na terça-feira, de audiência pública para tratar do pagamento do Benefício de Prestação Continuada (salário pago pelo Estado a idosos e portadores de deficiência).

Entre os convidados estão a subprocuradora do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gurgel, e o conselheiro do Conselho Nacional

dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Valdir Macieira.

Foi adiada para a próxima quarta-feira a audiência com o ministro da Saúde, Humberto Costa, para tratar do orçamento do ministério para 2005.

Os membros da CAS aprovaram ainda voto em separado apresentado pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) pela rejeição do projeto (PLS 393/03) do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que trata do encaminhamento, ao Conselho Tutelar, de criança que tenha praticado ato infracional. A senadora apresentou voto diferente do relator, senador Aelton Freitas (PL-MG), que foi favorável à proposta.

Patrícia considera que o objetivo do projeto está contemplado no Estatuto da Criança e do Adolescente. A decisão será dada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



DESVIOS Origem da crise do setor no estado está no mau uso dos recursos do SUS, ressalta Capiberibe

Capiberibe quer ação federal na saúde pública do Amapá

O senador João Capiberibe (PSB-AP) voltou a reclamar dos serviços de saúde oferecidos pelo Amapá e recomendou a intervenção do governo federal como única forma de resolver o problema. Ele pediu uma força-tarefa para uma auditoria da saúde pública do estado.

Capiberibe incorporou a seu discurso exposição de motivos destinada ao ministro da Saúde, Humberto Costa, dizendo que, na origem dessa crise, está o mau uso dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua opinião, como se trata de recursos federais, "a intervenção é viável tanto do ponto de vista legal como do ponto de

vista técnico".

De acordo com o senador, apesar do aumento dos gastos na compra de medicamentos e material de consumo, o atendimento médico nos hospitais do Amapá vem se degradando de forma acelerada. Em 2001, disse ele, as despesas do estado com a compra de material de consumo e de medicamentos alcançaram R\$ 12 milhões e não faltava medicamento.

Em 2002, as despesas passaram a R\$ 21 milhões, e mesmo assim, afirmou o senador, começaram as primeiras queixas da população devido a carências na rede hospitalar pública. No ano seguinte, 2003, os gastos chegaram a R\$ 29 milhões e as carências da rede pública de saúde já eram ostensivas e graves. Ele informou que, até novembro de 2004, os gastos chegaram a R\$ 32 milhões.

– E, ainda assim, a situação tornou-se dramática. Vale lembrar que desvios de recursos no Amapá, ocorridos tanto no governo estadual como nos municípios mais populosos, foram comprovados pela Polícia Federal, na chamada Operação Pororoça. Entre os envolvidos está o ex-secretário de Saúde do estado, além de outras autoridades – observou.

De acordo com Capiberibe, foram encontrados inúmeros casos de superfaturamento e as condições da rede pública de saúde estão deterioradas.

Garibaldi pede renegociação da dívida rural do Nordeste

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem a aprovação de projeto que tramita na Câmara e define condições para a repactuação das dívidas de crédito rural concedidas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste até o ano 2000. O projeto foi apresentado pela bancada nordestina, tendo à frente, informou o parlamentar, o deputado Nélio Dias (PP-RN).

De acordo com Garibaldi, a inadimplência do setor na região atinge 39,1%. A proposta concede 25 anos para o pagamento, a contar da renegociação, com quatro anos de carência. O pagamento seria feito em parcelas anuais su-



APOIO Para Garibaldi, a medida beneficiará agricultores que, em 15 anos, enfrentaram sete anos de secas

cessivas. Para o parlamentar, a renegociação é necessária, pois, nos últimos 15 anos, houve sete anos de seca. Para ele, a repactuação irá "interromper o ciclo vicioso do endividamento rural e diminuir a ociosidade dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste".

Para Garibaldi, é certo que haja distorções, mas isso não é a regra. Ele reclamou da falta de política de desenvolvimento no Nordeste, que tem 55% de suas terras em pleno semi-árido.



DEBATE Requerimento de Flávio Arns (D) para audiência sobre benefício pago a deficientes também foi acolhido na CAS

Comissão aprova diretor para a Anvisa

A indicação de Dirceu Raposo de Mello para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A nomeação passará pelo crivo do Plenário, onde tramita em regime de urgência.

Da Presidência da República, a indicação teve como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Mello ocupará o cargo deixado por Luís Carlos Wanderley Lima, cujo mandato terminou. O relator considerou que o indicado preenche os requisitos necessários ao cargo. Mello é farmacêutico, tem doutorado em análises clínicas e é membro de diversas sociedades científicas, como a



URGÊNCIA Nomeação de Dirceu Raposo de Mello ainda depende de votação pelo Plenário do Senado

Sociedade Brasileira de Análises Clínicas e a Sociedade Nacional de Patologia Clínica.

Em sua exposição, Mello destacou que a Anvisa é um dos pilares para a universalização da saúde, tanto em acesso quan-

to em termos de segurança, e é útil para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Tião Viana (PT-AC) lembrou que ser dirigente da Anvisa é uma grande responsabilidade, uma vez que o órgão lida com bilhões de reais e é muito sujeito a pressões políticas.

Flávio Arns (PT-PR) elogiou a indicação e questionou a regulamentação de remédios de homeopatia e fitoterápicos. O indicado explicou que uma das maiores dificuldades é comprovar cientificamente os efeitos dos medicamentos por meio de ensaios clínicos. "Mas a Anvisa tem agora uma câmara técnica que analisa esse setor", destacou Mello.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Sérgio Zambiasi